

Expropriações: pós-crescimento ou expansão das relações sociais capitalistas?

Virgínia Fontes¹

O tema do crescimento, ou do desenvolvimento do capitalismo pode ser abordado por variados ângulos. Venho insistindo que embora a redução de taxas de crescimento econômico e de taxas de lucro *afetem* o conjunto do sistema capitalista, abrindo crises de ordens diversas, não há sinais de uma redução do ritmo de expansão das *relações sociais* capitalistas. Os movimentos regressivos e os novos problemas candentes – especialmente a desigualdade galopante e a tragédia ambiental – não limitaram o ritmo de crescimento planetário das relações sociais capitalistas.

Para compreender esse processo, evito situar o capitalismo a partir dos indicadores econômicos, que dramatizam a redução do crescimento, mas sim a partir das relações que sustentam a base deste sistema, e que demonstram a ferocidade do capitalismo *tal como ele é* na atualidade.

Procuro articular a análise do capitalismo contemporâneo em três ângulos: 1) a relação entre capital e trabalho, 2) as lutas de classes e 3) as formas da dominação capitalista e o Estado. A conexão entre essas dimensões me levou a definir o longo período do pós 1945 como sendo *capital-imperialista*, uma vez que modificava o imperialismo, ao elevá-lo a escala superior.

1) Capital e trabalho

Estas categorias somente pode ser pensadas conjuntamente. O capital é uma relação social, que contrapõe proprietários de trabalho morto sob forma monetária a trabalhadores que precisam vender a força de trabalho. A existência de massas fictícias de capital no cyberespaço tem o efeito concreto de aprofundar as condições reais de subordinação do trabalho ao capital.

A escala da concentração e centralização de capitais atingida nos últimos 50 anos é sem paralelo, e envolveu um consorciamento *tenso e desigual* entre burguesias imperialistas em escala mundial, sob o predomínio dos Estados Unidos, com adesão europeia e japonesa. Todas elas transnacionalizaram empresas e empreendimentos capitalistas, associando-se com outras burguesias – semi ou periféricas – que, por seu turno, ao expandirem relações sociais em seus próprios territórios, procuraram alçar-se ao acordo central inter-burguês, como por exemplo, a constituição do grupo de países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Em seu tempo, Marx observou a separação entre a propriedade e o momento da extração de valor, resultante da tendência à centralização e concentração de capitais. Os proprietários de capital portador de juros (dinheiro a valorizar-se) se opunham *na aparência* aos capitalistas funcionantes (extração de mais-valor), quer tais funcionantes fossem ou não proprietários dos meios de produção². Não obstante, quanto maior a massa de capital-dinheiro a valorizar-se, mais ela impulsionava capitalistas funcionantes (que, então, atuavam em empreendimentos fabris). Hilferding e Lênin partiram dessa contribuição para identificar a ‘união íntima’ entre capital bancário e fabril, ou o capital financeiro.

É preciso fazer como eles, e retornar a Marx para desvendar a forma concreta na qual a nova escala potencializa a centralização e concentração. A contemporaneidade faz saltar aos olhos a característica da *propriedade especificamente capitalista*, ou a propriedade *abstrata* de dinheiro, cuja existência como capital o impele a valorizar-se drenando trabalho vivo. A propriedade capitalista não se limita à posse de *coisas*, mas é a capacidade de comandar a extração de mais-valor. Vai além de

¹Professora da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, da EPSJV-Fiocruz e da Escola Nacional Florestan Fernandes - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra-MST.

²Marx, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., 1985, Livro 3, especialmente capítulo 21 e segs.

todas as formas históricas anteriores, e evidencia seu nervo central: o *domínio e o comando* sobre os *recursos sociais de produção* (e não apenas o controle direto dos meios de produção), assim como a capacidade de reuni-los a trabalhadores reduzidos à necessidade de (e à disponibilidade para) o mercado.

Ao longo dos dois últimos séculos naturalizou-se uma concepção jurídica de propriedade que parece abranger todas as modalidades de controle sobre *coisas*. Ela aparenta defender toda e qualquer propriedade, mas tem como cerne fundamental a propriedade *do capital, que recobre e atualiza* as formas precedentes de propriedade, as defende de maneira nominal (juridicamente), enquanto as devasta em permanência, afirmando sua própria proeminência. As empresas e corporações prosseguem fundamentais, como espaços da atividade funcionante, mas suas funções podem ser desmembradas, repartidas, terceirizadas, deslocalizadas ou encerradas e não apenas por excessiva ganância de acionistas ou de bancos (embora isso frequentemente também ocorra). A propriedade do capital concentra-se doravante em *empresas de pura propriedade (holdings ou fundos, dentre os quais bancos)*, e suas necessidades de extração de mais-valor tornaram-se faraônicas, exercendo enorme pressão sobre funcionários e sobre trabalhadores. Como mencionei em trabalho anterior, o movimento dessa megaconcentração é triplo: tende a *capturar todos os recursos* disponíveis para convertê-los em capital; precisa promover a *disponibilização de massas crescentes* da população mundial, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, transformar *todas as atividades humanas* em trabalho, isto é, em formas de produção/extração de valor.³

O compasso de centralização e concentração de capitais é o mesmo da ampliação de diversas modalidades de expropriação, que fornecem massas crescentes de trabalhadores à exploração. A base econômica na qual se assenta o capitalismo é a extração de mais-valor, mas há uma base social necessária para que o mais-valor possa ser extraído. O capitalismo é permanente *ampliação e exasperação* da disponibilização massiva dos seres sociais, tendencialmente atingindo toda a população planetária, convertidos em pura necessidade, em disposição única (e mesmo desejo latente) para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições. É a base social para que um mercado “econômico” supostamente livre possa se generalizar.

As expropriações contemporâneas são fenômenos complexos. Alguns procuraram compreendê-las como um momento prévio ao capitalismo, supondo uma ‘normalização’ não coercitiva após atingido o ponto máximo da expulsão dos trabalhadores da terra. Nesse sentido, o processo atual seria distinto do ‘originário’⁴. Não parece haver essa suposição em Marx, para quem expropriações são condição social inicial, meio e resultado da expansão capitalista.

Como o capitalismo constitui e depende de Estados, mas não se limita neles, o movimento de expansão imperialista para além das fronteiras dos países centrais aprofundou expropriações de camponeses em todo o mundo. Em inícios do século XXI a maioria da população mundial residia em cidades, e o movimento expropriatório prossegue. Massas de trabalhadores lançados em relações sociais capitalistas urbanas – com ou sem empregos – precisam existir. Estão encapsulados em seus países de origem, contidos (até quando?) por Estados, fronteiras, línguas, culturas e passaportes⁵. Seu isolamento nacional impede a concorrência direta com trabalhadores de outros países.

³FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. EPSJV-Fiocruz, 2010. Disponível in: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/brasil_capital_imperialismo.pdf

⁴Este é o caso de HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

⁵Artigo recente assinala que a maioria dos migrantes hondurenhos em direção aos EUA são urbanas, “pertencem à classe média precarizada e pessoas pobres, exploradas e setores estigmatizados como os LGBT”, enquanto os camponeses seguem lutando bravamente para não serem expulsos de suas terras. ALMENDAREZ, Juan. *El Hambre declara la guerra ao Estado Necropolítico Imperial*. In: <https://www.alainet.org/es/articulo/196558>, 15/11/2018. acesso 16/11/2018.

A própria movimentação do capital derrubando as barreiras à sua circulação, entretanto, produziu brutal concorrência entre trabalhadores vivendo a milhares de quilômetros de distância uns dos outros e instaurou as condições de possibilidade de novas expropriações, rápida e amplamente abatidas sobre as populações já urbanizadas. Essas expropriações secundárias recuperam o formato dos antigos cercamentos parlamentares⁶, extinguindo direitos associados ao emprego (promoções, carreiras, aposentadorias, etc.) e, na sequência, avançaram sobre os contratos de trabalho (flexibilizando-os, terceirizando-os, ou mesmo suprimindo-os), apoiando-se resolutamente na necessidade de tais massas desprovidas de meios de existência.

As expropriações secundárias não pararam nesse ponto. Prosseguem velozmente incidindo sobre os atributos biológicos dos seres naturais e dos humanos, sobre as águas doces e salgadas, sobre as florestas e seus habitantes, dentre outros fatores ambientais, sobre os cuidados reprodutivos humanos, e não apenas expropriam os seres sociais, como transformam os anteriores meios de existência em capital, subordinando-os ao comando do capital. As demissões de trabalhadores não são idênticas às expropriações, pois estas convertem meios de existência em capital. Demissões massivas (por razões tecnológicas ou outras) podem, entretanto, aplinar o terreno para novas expropriações, pela intensificação da concorrência que impõem aos trabalhadores.

2) as lutas de classes

As lutas sociais pareciam ter encontrado um novo ponto de partida na década de 1970, e muitos autores festejaram o fim das lutas de classes pela emergência de ‘novos’ movimentos sociais. Muitos ficaram fascinados com ‘novas’ possibilidades de inclusão, de cidadania, de democracia, e se consternaram com (ou festejaram) o que seria o ‘fim do trabalho’. Criticaram, com razão, as limitações dos partidos (comunistas ou social-democratas) por não observarem as novas características sociais. Alguns aproximaram-se do próprio discurso do capital, que de tempos em tempos – desde a introdução das máquinas de fiar e tecer a vapor, em finais do século XVIII – anuncia o fim do trabalho.

Ora, se capital não é uma ‘coisa’, mas uma relação social, ele não existe sem trabalho. Ao contrário, acirravam-se as características mais totalitárias das relações capitalistas, cuja escala de atuação inaugurada no pós-guerra, alterava os modos de vida de maneira desigual, mas em praticamente todo o planeta. As condições resultantes da mega-propriedade do capital e do aumento numérico de trabalhadores no mundo, desorganizaram as modalidades associativas clássicas dos trabalhadores, cujas defesas corporativas (setoriais e econômicas) dependiam de direitos, considerados quase que como ‘propriedade’ coletiva dos trabalhadores. Massas crescentes de trabalhadores desprovidos de direitos e necessitados/desejosos de vender sua força de trabalho – fora e dentro das fronteiras dos Estados – impunham uma concorrência crescente e devastadora.

A configuração clássica, fabril, da classe trabalhadora, se modificava, mas não os processos de encapsulamento partidário nos âmbitos nacionais. As grandes lutas sociais que emergiram a partir de 1968 não mais cabiam nesses espaços: as lutas feministas, o enfrentamento do racismo, as lutas ambientais e urbanas.

As massas e classes trabalhadoras, entretanto, não lutam num espaço vazio. São reduzidas a trabalhadores pelo capital, mas permanecem seres ativos e criativos. Suas energias de luta podem impor derrotas imediatas às burguesias, mas caso não enfrentem as condições gerais da sociabilidade capitalista, sua atuação pode reverter em modalidades mais agudas de sua própria subalternização⁷.

⁶ WOOD, Ellen M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 91-92

⁷ Marx defendeu exaustivamente as greves por aumento de salários, mas assinalando sua limitação, ao permanecerem no terreno do próprio capitalismo. Trabalhadores conseguem impor aumento de salários, e aprendem a lutar. Sua ação

No pós-1945, houve uma série de conquistas para trabalhadores de países centrais, mas anteparos foram erigidos e institucionalizados para conter a expansão dessas lutas populares, sob a direção estadunidense. Dentre eles, organismos oficiais internacionais, a Organização do Atlântico Norte-OTAN, o Grupo Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, ou semi-oficiais, como a Organização Mundial do Comércio, todos com papel estratégico no plano econômico e no plano intelectual⁸. Por eles circulavam intelectuais acadêmicos e ocupantes de altos postos estatais.

De forma mais sutil, desde o final da II Guerra Mundial expandiram-se aparelhos privados de hegemonia⁹ empresariais, voltados para o exercício explícito de funções políticas, apesar de se definirem como apartidários. Algumas modalidades foram centrais para o crescimento dessa sociedade civil empresarial¹⁰, como centros de estudos e pesquisas e/ou associações para o ‘desenvolvimento’, que promoviam consensos inter-burgueses, dirimindo eventuais tensões e favoreciam a disseminação de entidades ‘sem fins lucrativos’ similares nos países onde se implantavam as multinacionais.

Sob o manto filantrópico, procuraram adequar setores intelectuais (através de financiamentos, concursos ou bolsas de estudos), e estabelecer paliativos para setores populares, frente às condições resultantes da expansão capitalista. Em lugar das causas da produção da desigualdade, procuraram estabilizar a pobreza. Em todos os casos, abriram enorme brecha nas defesas das massas e classes trabalhadoras.

Essas aparelhos privados de hegemonia empresariais, ou sociedade civil empresarial, não se apresentavam como defensores de empresas específicas, mas forneciam elementos *pragmáticos, técnicos, gerenciais, culturais e programáticos* de mediação de conflitos para a atuação e expansão do capital-imperialismo. Eram mais ágeis do que governos ou exércitos para difundir padrões de atuação burguesa, de consumo e de sociabilidade. Sobretudo a partir da década de 1990, promoveram carreiras cosmopolitas, formando e empregando militantes-ideólogos capazes de agir em culturas e ritmos diferenciados.

As lutas de classes se complexificavam e, frente à sua crescente internacionalização, visíveis nas dimensões da desigualdade, do feminismo, do anti-racismo ou da defesa ambiental, diversos grupos do empresariado investiram em APHs aptos a canalizá-las, direcionando-as inclusive para o interior do próprio das instituições oficiais, como o Grupo Banco Mundial.

Alguns duvidam de que essas seriam lutas de classes. O único obstáculo a compreendê-las dessa forma é a suposição historicamente limitada de que as classes trabalhadoras estariam definidas

pode porém resultar em alterações na composição orgânica do capital, levando a novos rebaixamentos do valor da força de trabalho. Marx conclui: “Em vez de lutar por salário justo, [a classe trabalhadora] deve lutar revolucionariamente por “*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*” Marx, Karl. Salário, preço e lucro. In: Marx, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. 2a. ed., São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 99.

⁸cf. PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

⁹Parto das análises de Antonio Gramsci sobre o Estado capitalista e a estreita vinculação entre sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) e sociedade política (ou a institucionalidade estatal). Cf. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, especialmente v 3. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*, 2000.

¹⁰Tais APHs forjam uma ‘elite orgânica’ que é, assim, a consciência de uma classe dominante devidamente organizada” (...) “produz, estudos, análises e pesquisas sobre os princípios da política pública e da política empresarial (...) enquanto estado-maior, estabelece a mediação entre a estrutura da classe dominante e o conflito de classe – desenvolvendo a *diplomacia privada* e a *política efetiva em contraposição à oficial e pública*”, além de implementar “frentes móveis de ação” através das quais convertem seus próprios termos e propósitos em senso comum. DREIFUSS, René Armand. *A Internacional capitalista. Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional (1919-1986)*. Rio, Espaço e Tempo, 1986, pp. 27-30. Grifos meus, VF.

pelo contrato de trabalho e pelo tipo fabril de atividade de extração de mais-valor. Isso equivaleria a considerar que classes trabalhadoras não remetem à sua condição social, mas ao que delas diz o patronato. Que são definidas não por suas lutas, mas pela definição jurídica. Para esse tipo de interpretação, a extensão social das expropriações significaria apenas a produção de população ‘excedente’, desnecessária para o capital e descartável. As formas concretas da exploração pelo capital que sobre elas incide fica invisibilizada.

Essa interpretação nutriu – e nutre todavia – recorrente discurso empresarial, ecoado por seus APHs, que elogia o capital enquanto ameaça acabar com os... trabalhadores. A industrialização crescente da educação e da saúde evidenciam novos formatos de extração de mais-valor, assim como atividades ditas ‘tecnológicas’ ou de compartilhamento, como a Uber, que extraía valor, em janeiro de 2018, de mais de 3 milhões de motoristas no mundo, dos quais 500 mil no Brasil¹¹. Ou as empresas de captura de dados e de formatação de processos eleitorais (casos do Brexit, de Trump e, recentemente, do Brasil). As pontas de alta tecnologia agem em diversas direções e contribuem para expandir a subordinação direta da força de trabalho, sem intermediação contratual ou direitos. Não é o fim das classes trabalhadoras, mas sua expansão e profunda reconfiguração¹².

3) as formas da dominação capital-imperialista e o Estado – O entrecruzamento tenso e contraditório da propriedade dos meios de produção e na propriedade altamente centralizada dos *recursos sociais* de produção, ao lado da sociedade civil empresarial, configurou um perfil peculiar das classes dominantes em escala internacional, mas não descolou as bases burguesas de seus Estados e territórios originais. Complexificou as tensões entre setores burgueses, que passaram a envolver questões domésticas e internacionais, simultaneamente. Muitas das características apontadas pela teoria marxista da dependência (especialmente por Ruy Mauro Marini) perduram, mas o solo social da divisão internacional do trabalho se modificou e precisa ser levado em conta.

O papel dos Estados – voltado para assegurar a reprodução de conjunto dos processos de produção, reprodução e sociabilidade dominantes e para conter e adequar suas classes trabalhadoras, mesmo quando incorpora subalternamente algumas de suas reivindicações – adequou-se aos trancos às imposições de conjunto da reprodução do capital. As enormes tensões geradas pela expansão capitalista somente encontraram desaguadouro em alguns poucos países centrais, até finais da década de 1970, quando passaram a ser tratadas como empecilhos ao capitalismo. Dali para a frente, longe de produzirem soluções parciais para as crises sociais (como até então), passaram a produzir crises sociais para garantir soluções para a expansão das relações sociais capitalistas.

As tensões intra-classes e as lutas entre classes que resultaram no crescimento exponencial de aparelhos privados de hegemonia, nascidos a partir de reivindicações e sensibilidades populares ou, ao contrário, de diversos dispositivos empresariais, tiveram profundo impacto nos Estados. Aventamos a hipótese de que, por intermédio de algumas entidades dessa sociedade civil empresarial, apartidária mas não apolítica, os interesses de capitais estrangeiros, acoplados a setores nacionais afins, ingressavam na própria formulação das políticas públicas¹³. Num primeiro momento, as políticas econômicas, em seguida o conjunto de iniciativas públicas, inclusive a diplomacia. No caso brasileiro, isso é evidente para a definição, implementação e avaliação das políticas públicas de

¹¹<https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>, acesso em 10/11/2018.

¹²FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *KALLAIKIA – Revista de Estudos Galegos*. Galiza (Espanha), N. 2, junho de 2017, pp. 88-112.

¹³A questão dos interesses estrangeiros sustentados por burguesias imperialistas nativas foi argutamente abordada por Nicos Poulantzas, que entretanto não analisou a atuação da sociedade civil empresarial. Cf. POULANTZAS, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974.

educação e de saúde, por exemplo. Outra consequência desse hiperativismo empresarial, exigindo desenvolvimento e atuando em diversas direções por seus APHs, minou ao longo do tempo as próprias instituições clássicas burguesas, esvaziando a própria estrutura partidária¹⁴.

Novas questões

À luz desse contexto no qual nos movemos, conluo assinalando algumas contradições atuais, derivadas da explicitação do totalitarismo do capital. O aumento das tensões inter-capital-imperialistas é a primeira delas; a segunda é a dificuldade crescente da contenção de massas de trabalhadores em fronteiras tornadas porosas pela própria pressão do capital (África, Oriente Médio, América Latina); a escala planetária da tragédia ambiental e social contraposta à limitação das lutas encapsuladas nos âmbitos estatais; o aumento de amplas confrontações partindo de massas de trabalhadores desiguais; e, finalmente, o avanço de modalidades autocráticas e violentas para contenção das lutas populares. Fracassam seguidamente os que imaginam ser possível voltar no tempo, e retomar práticas para controlar ou civilizar o capital.

¹⁴Cf. FONTES, V. Hegemonismos e política: que democracia? In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017.